inter asset



BIDB11
Relatório Gerencial

Inter infra FIC
FI Infra Listado

1º TRI
2024

Sobre o fundo

Objetivos

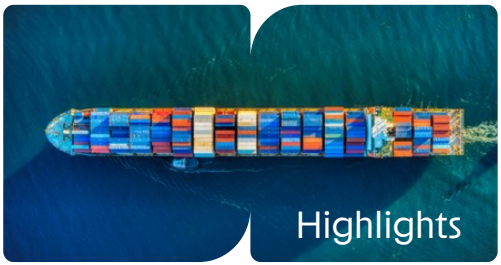
Fundo buscará uma rentabilidade alvo para as cotas que acompanhe os títulos do tesouro indexados à inflação com duration média (prazo médio ponderado) similar à da carteira do Fundo, acrescida de sobretaxa (spread) de 1% (um inteiro por cento) a 1,5% (um inteiro por cento e cinquenta centésimo por cento) ao ano, considerando as distribuições periódicas.

Tributação

Isenção de tributação nos rendimentos. Alíquota de imposto de renda de 0% apenas para pessoas físicas. Pessoas jurídicas estão sujeitas à alíquota de 15% nos termos do art. 3º § 1º da Lei 12.431/2011

Características

Início do fundo: Setembro 2021
Código B3: BIDB11
Código ISIN: BRBIDBCTF001
CNPJ: 42.294.971/0001-31
Segmento: Infraestrutura
Gestor: Inter Asset
Administrador: Inter DTVM
Público-alvo: Investidor em geral
Taxa de administração: 0,80% a.a.
Retorno-alvo: NTN-B 30 + 1%-1,5% a.a
Taxa de performance: Não há



Highlights

R$128MM
Patrimonio Líquido

7.569
Cotistas

5,3 Anos
Duration da carteira de crédito [2]

31 Emissões
No portfólio [2]

IPCA+7,87%
Carrego da carteira de crédito [3]

R$92,46
Cota Patrimonial [4]

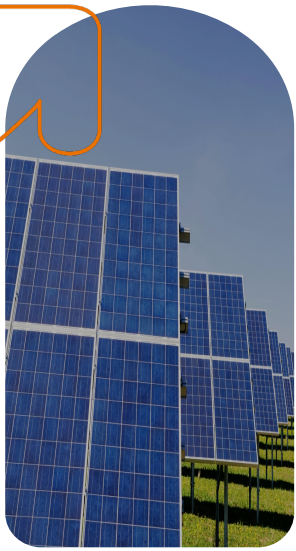
R$ 1,1/cota
de Distribuição

1,18%
Yield mês [5]

Disclaimer

Fonte: Inter Asset, Inter DTVM, B3

1 - Todas as informações se referem ao fechamento de Março, com data-base em 28/03/24.
2 - Referente ao portfólio do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP, CNPJ 41.953.322/0001-32 (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO).
3 - Carrego da carteira de crédito do fundo Master.
4 - Valor sem dedução do montante a ser distribuído em Abril.
5 - Yield calculado com base na cota de mercado no dia 28/03/24.
6 - Prazo dependente das condições de liquidez do mercado secundário.



Comentários de gestão

Nosso último relatório mensal do primeiro trimestre de 2024 analisou um pouco do crescimento dos investimentos em debêntures incentivadas, dinâmica de preço e volume de emissões que chamaram atenção pela velocidade e magnitude da movimentação dos *spreads* de crédito. Pelos bons resultados, fundos de investimento tiveram captação expressiva e merecem um capítulo aqui que ressalte o diferencial de recorrer a gestão profissional, que seja capaz de mapear e monitorar os riscos e oportunidades desse mercado neste ciclo e em um horizonte mais longo.



Fundos de investimento em crédito incentivado se tornaram uma opção interessante para o investidor no atual contexto atual, não exclusivamente pela prerrogativa de isenção de imposto de renda, mas **pela capacidade de gerar retornos atrativos** em operações que financiam investimentos que **contribuem diretamente para o desenvolvimento da nossa sociedade e da nossa economia.**

Neste relatório, decidimos trazer um pouco do escopo do **diligente processo de análise da Inter Asset** para a análise de uma debênture incentivada.

Comentários de gestão

Durante o nosso processo de análise dos ativos, buscamos endereçar os seguintes pontos:

Governança Corporativa:
- Expertise e o *turnover* do *management*;
- Política de remuneração da administração, com os incentivos corretos e compatível com a saúde financeira da empresa;
- Política de transações com partes relacionadas, com limitações impostas pelos instrumentos de governança da empresa e realizadas em condições de mercado;
- Histórico de transparência e qualidade na divulgação de informações ao mercado compatíveis com as exigências de empresas listadas.

Modelo de Negócios:
- Histórico de atuação, consistência de resultados e adaptações bem-sucedidas ao modelo;
- Diferencial e vantagens dos produtos e serviços oferecidos, com análise do *market share*;
- Características do mercado de atuação e se possui bons fundamentos e perspectivas do ponto de vista de análise de crédito;

Financials:
- Análise da rentabilidade e lucratividade histórica da empresa;
- Evolução dos ratings;
- Modelo de projeções dos resultados futuros, com cenário base conservador e diversos cenários de *stress* para análise do comportamento das principais métricas na ocorrência dos principais riscos mapeados.

Grupo econômico:
- Situação financeira dos controladores e análise da capacidade e interesse em prestar suporte financeiro;
- Análise da relevância da empresa e do mercado de atuação da empresa para os controladores.

ESG:
- Como a temática é tratada pela administração da empresa e se existem incentivos para a implementação de boas práticas de sustentabilidade;
- Análise do histórico e os planos e metas da empresa da empresa em relação aos aspectos ESG;
- Análise comparativa da atuação da empresa em relação aos aspectos ESG com os *benchmarks* internacionais e com os *peers* próximos;
- Mapeamento dos principais pontos materiais do mercado de atuação da empresa com relação aos aspectos ESG e os riscos de crédito envolvidos.

Comentários de gestão

Estrutura da operação:

- Análise da documentação da operação;
- Avaliação das garantias (se aplicável), com análise da qualidade, complexidade de execução, formalização e se são suficientes para cobrir o saldo da operação.

Conclusão:

- Levantamento sobre os principais diferenciais da empresa e fundamentos que sustentam a tese de investimentos;
- Mapeamento dos principais riscos de crédito da atuação da empresa detectados durante o processo de análise e análise sobre sua relevância e probabilidade de ocorrência.

Boa parte das emissões de debêntures incentivadas são realizadas na estrutura de *project finance*, uma modalidade de financiamento voltada para o desenvolvimento de grandes projetos, com prazo médio/longo de duração. Sua principal característica está no fato de que o financiamento captado será pago por meio do fluxo de caixa do próprio projeto. Normalmente, é criado uma entidade com duração limitada, chamada de Sociedade de Propósito Específico (SPE), permitindo a segregação dos ativos, dos contratos, do fluxo de caixa, bem como dos riscos associados a ela.

No comparativo com uma dívida corporativa tradicional, o financiamento via *project finance* traz uma maior previsibilidade sobre o serviço da dívida da companhia. Como esta dívida captada será a única da vida do projeto, na maioria dos casos, a companhia sabe, no momento da precificação, quais serão os juros que irão incidir sobre o financiamento. Em virtude disso, a companhia não fica exposta às oscilações de preço das debêntures no mercado secundário, **mitigando um dos principais riscos de crédito, que é o de refinanciamento.**

Nesse sentido, dois indicadores são bastante relevantes na análise e monitoramento de um project finance: (i) a relação equity x dívida e (ii) o ICSD.

O financiamento de um project finance é composto em parte por uma injeção de capital dos acionistas e outra parte por dívida captada junto a terceiros (em sua maioria, bancos tradicionais, bancos de fomento ou mercado de capitais). A definição da parcela a ser alocada em cada uma das partes é feita no planejamento inicial do projeto e é influenciada pela percepção de risco do modelo de negócios em si. Modelos de negócios com menor complexidade permitem uma parcela de capital próprio menor e uma estrutura mais alavancada e vice-versa. A mensuração errada do nível de risco do projeto e uma definição de relação equity x dívida equivocada pode se materializar em uma inviabilidade econômico-financeira ao longo da vida do projeto.

Comentários de gestão

Como a dívida do projeto será servida com a sua própria geração de caixa, o acompanhamento do ICSD (índice de cobertura do serviço da dívida) trará a real dimensão sobre a saúde financeira do projeto ao longo dos anos. É essencial que este indicador seja superior 1,0x, o que indica que o projeto foi capaz de pagar seus credores com o fluxo de caixa gerado com sua operação. Mais uma vez se mostra necessário um planejamento inicial bem-feito, extremamente detalhado e realista sobre as expectativas de receitas futuras, com tamanho de dívida e curva de amortização compatível com estas expectativas.

Uma vez que os projetos, em sua maioria, não possuem receita durante a fase de implantação, o serviço da dívida ocorre apenas a partir da fase operacional do projeto. Para mitigar o risco durante esta fase, é comum as estruturas de project finance preverem fiança bancária e/ou dos acionistas do projeto ao menos até que o projeto atinja seu completion.

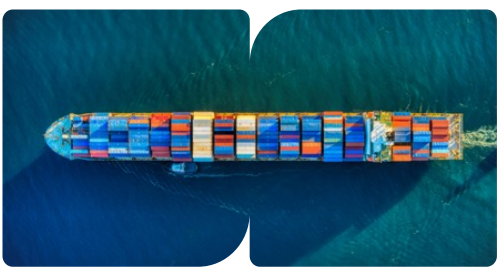
Como a fase operacional do projeto envolve o risco intrínseco do modelo de negócios, seja ele de demanda, precificação, eficiência em custos e despesas etc., é importante que as garantias tenham sido bem constituídas e tragam uma segurança para eventuais cenários de stress.

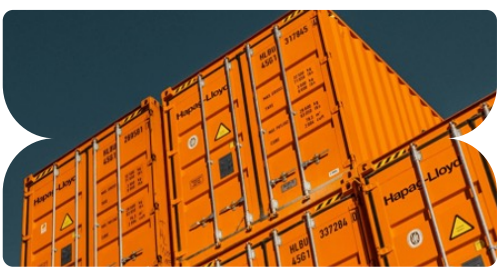
A Inter Asset, conta com um time capacitado para aprofundar nesses e outros temas importantes, capazes de impactar na tomada de decisão sobre cada nova oportunidade de investimento.

Além disso, o acompanhamento recorrente e o comparativo entre pares, com sistemas e metodologia proprietários, nos permitem nos posicionar rapidamente, pela nossa expertise de negociação no mercado secundário, com uma mesa dedicada a estratégia de isentos.

A gestão profissional através de fundos é uma alternativa perfeita para quem deseja expandir a exposição nessa classe e entende a necessidade de monitoramento constante de fatores de qualidade e riscos que envolvem crédito privado, institucional ou incentivado.

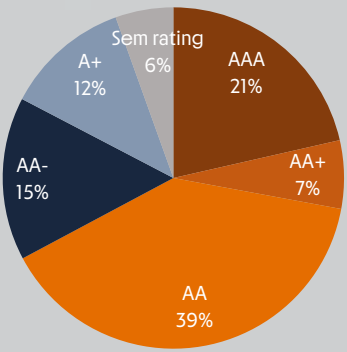
Visite o site da Inter Asset para conhecer todos os nossos fundos e continuar acompanhando o desempenho do BIDB11.





Carteira de Crédito

Ticker	Emissor	Setor	Rating	12.431	Volume (R$)	Peso	Indexador	MTM	Duration	Spread NTN-B (MtM)
AEAB11	AES Cajuína	Geração de Energia	AA-	Sim	3.040.249	2,45%	IPCA	6,98%	8,44	1,07%
ANEM11	Anemus	Geração de Energia	AA	Sim	11.627.055	9,36%	IPCA	8,51%	6,05	2,54%
ANET12	Americanet	Telecom	A+	Sim	3.646.461	2,93%	IPCA	8,25%	4,06	2,39%
APPSA2	Planalto Sul	Rodovias	AAA	Sim	3.761.712	3,03%	IPCA	6,69%	7,46	0,91%
BRST11	Brisanet	Telecom	A+	Sim	782.558	0,63%	IPCA	6,74%	2,29	1,00%
CART13	CART	Rodovias	AA+	Sim	3.150.017	2,54%	IPCA	6,35%	5,40	0,57%
CBAN72	Rota das Bandeiras	Rodovias	AAA	Sim	1.805.396	1,45%	IPCA	6,57%	5,84	0,79%
CJEN13	TESC	Terminais Portuários	A+	Sim	6.496.696	5,23%	IPCA	7,13%	5,20	1,32%
CPTM15	Ligga	Telecom	A+	Sim	3.007.785	2,42%	IPCA	10,75%	4,37	4,74%
CRMG15	Nascentes das Gerais	Rodovias	AA	Sim	7.017.847	5,65%	IPCA	6,81%	3,54	1,02%
ECER12	Ecovias do Cerrado	Rodovias	AAA	Sim	1.071.907	0,86%	IPCA	6,10%	3,44	0,35%
GTSA11	Goias Transmissora	Transmissão	AAA	Não	4.170.881	3,36%	IPCA	7,79%	4,07	2,00%
HARG11	Araguaia	Rodovias	AAA	Sim	1.831.643	1,47%	IPCA	6,48%	5,19	0,70%
HGLB12	Highline	Telecom	Sem rating	Não	1.020.962	0,82%	CDI	8,76%	2,10	2,65%
HVSP11	Hélio Valgas	Geração de Energia	AA-	Sim	7.984.142	6,43%	IPCA	6,85%	5,90	1,05%
HZTC14	Orizon	Gestão de Resíduos	AA+	Sim	1.977.689	1,59%	IPCA	7,23%	5,14	1,41%
IFPT11	Ifin Participações	Saneamento	AA	Não	6.561.797	5,28%	IPCA	8,17%	4,38	2,22%
MEZ511	MEZ 5 Energia	Transmissão	AAA	Sim	5.209.317	4,19%	IPCA	6,87%	7,21	0,99%
MTRJ19	Metrorio	Transporte e Logística	AA	Sim	5.534.509	4,45%	IPCA	7,46%	3,72	1,64%
RAHD11	Rio Alto	Geração de Energia	AA	Sim	3.709.168	2,99%	IPCA	8,31%	5,46	2,35%
RATL11	Rota do Atlântico	Rodovias	AA	Sim	2.808.365	2,26%	IPCA	8,13%	6,23	2,26%
RDVE11	RDVE	Geração de Energia	AA	Sim	4.759.887	3,83%	IPCA	6,44%	4,75	0,66%
RODB11	Rodovias do Brasil	Rodovias	AA	Não	1.409.353	1,13%	CDI	8,86%	3,62	2,96%
SABP12	Rio Mais	Saneamento	AAA	Sim	5.331.937	4,29%	IPCA	6,85%	9,23	0,95%
TBCR18	Transbrasiliana	Rodovias	Sem rating	Sim	5.427.585	4,37%	IPCA	9,47%	4,48	3,54%
TVVH11	TVV	Terminais Portuários	AA+	Sim	2.471.884	1,99%	IPCA	6,23%	4,14	0,46%
UNEG11	GNA UTE I	Geração de Energia	A	Sim	5.895.039	4,74%	IPCA	7,11%	7,77	1,19%
VERO12	Vero	Telecom	AAA	Sim	2.007.350	1,62%	IPCA	8,18%	3,72	2,32%
VRDN12	ViaRondon	Rodovias	AA-	Sim	3.286.559	2,64%	IPCA	7,51%	5,17	1,67%
VIMT13	Via Brasil MT 320	Rodovias	AA	Sim	2.746.840	2,21%	IPCA	8,02%	5,77	2,15%
VSJH11	Ventos de São Jorge	Geração de Energia	AA-	Sim	3.847.956	3,10%	IPCA	8,47%	2,41	2,64%



Distribuição por Ratlng

2,23%
Spread

5,3 Anos
Duration

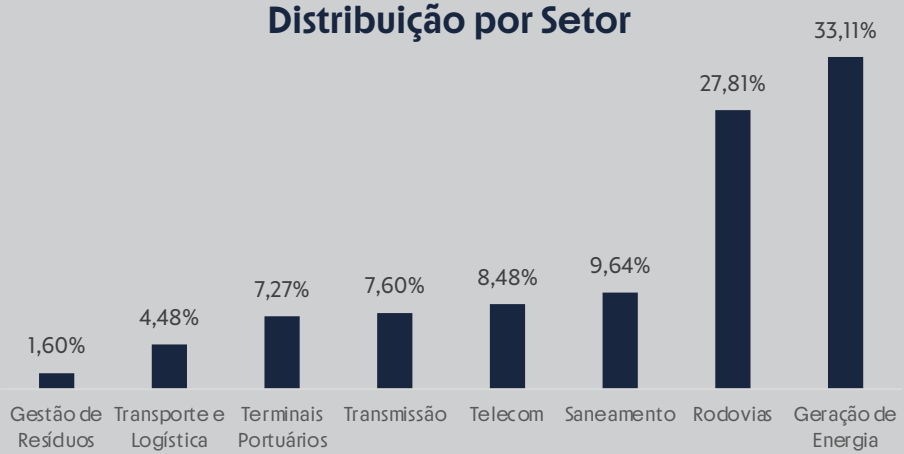
IPCA + 7,87%
Carrego

IPCA + 5,52%
NTN – B30

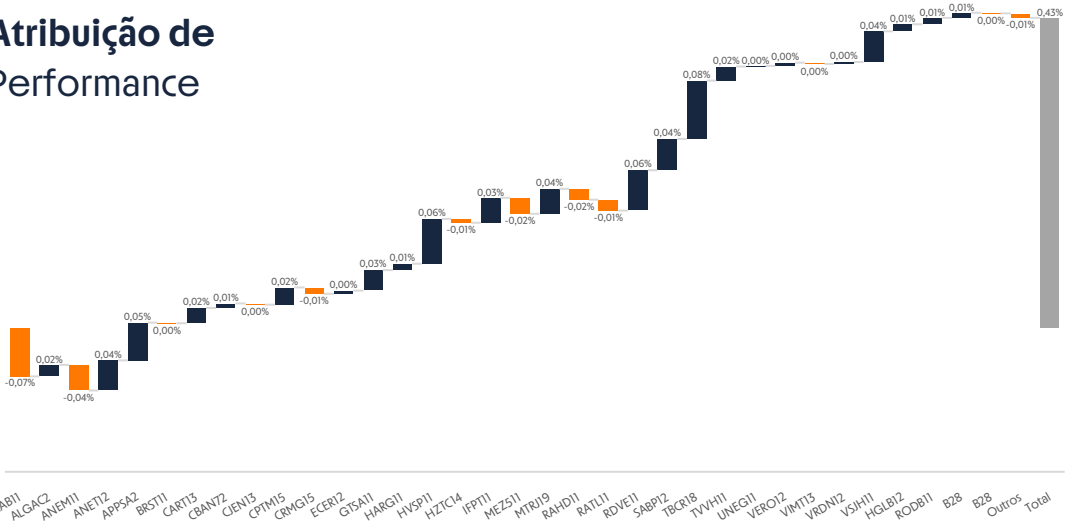
31 ativos
Carteira de Crédito

Data-base: 28/03/2024 | [7] Números referentes a carteira de crédito do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO) de CNPJ 41.953.322/0001-32, e não contempla as alocações em títulos públicos, compromissadas e os custos do Infra Master e FIC.

Distribuição por Setor



Atribuição de Performance



A atribuição mensal considera o resultado percentual em relação ao patrimônio líquido do início do mês segregando o efeito de cada ativo em (i) compra/venda de ativos; (ii) efeito curva; (iii) efeito *spread*; e (iv) efeito carrego. O cálculo do efeito carrego trava o carrego do ativo em relação a marcação a mercado do fechamento do mês anterior.

Ativos	Impacto de negociação de ativos	Oscilação da curva de juros reais	Oscilação do spread de crédito	Carrego IPCA e juros reais s/ oscilação de crédito	Recebimento de cupom de juros	Total
AEAB11	0,00%	-0,04%	-0,06%	0,03%	0,00%	-0,07%
ALGAC2	0,01%	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,02%
ANEM11	0,00%	-0,10%	-0,05%	0,11%	0,00%	-0,04%
ANET12	0,00%	-0,02%	0,03%	0,03%	0,00%	0,04%
APPSA2	0,00%	-0,03%	0,05%	0,01%	0,02%	0,05%
BRST11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
CART13	0,00%	-0,02%	0,02%	0,03%	0,00%	0,02%
CBAN72	0,00%	-0,02%	0,01%	0,02%	0,00%	0,01%
CJEN13	0,00%	-0,05%	-0,01%	0,06%	0,00%	0,00%
CPTM15	0,00%	-0,02%	0,01%	-0,08%	0,11%	0,02%
CRMG15	0,00%	-0,03%	-0,03%	0,01%	0,05%	-0,01%
ECER12	0,00%	-0,01%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%
GTSA11	0,00%	-0,02%	0,01%	0,04%	0,00%	0,03%
HARG11	0,00%	-0,02%	0,01%	0,02%	0,00%	0,01%
HVSP11	0,00%	-0,07%	0,06%	0,07%	0,00%	0,06%
HZTC14	0,00%	-0,01%	-0,01%	0,02%	0,00%	-0,01%
IFPT11	0,00%	-0,08%	0,27%	-0,15%	0,00%	0,03%
MEZ511	0,00%	-0,06%	-0,01%	0,04%	0,00%	-0,02%
MTRJ19	0,00%	-0,03%	0,01%	0,05%	0,00%	0,04%
RAHD11	0,00%	-0,03%	-0,02%	0,03%	0,00%	-0,02%
RATL11	0,00%	-0,03%	-0,01%	0,03%	0,00%	-0,01%
RDVE11	0,00%	-0,04%	0,05%	0,04%	0,00%	0,06%
SABP12	0,00%	-0,07%	0,06%	0,05%	0,00%	0,04%
TBCR18	0,00%	-0,03%	-0,02%	-0,15%	0,29%	0,08%
TVVH11	0,00%	-0,01%	0,01%	0,02%	0,00%	0,02%
UNEG11	0,00%	-0,06%	0,01%	0,05%	0,00%	0,00%
VERO12	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
VIMT13	0,00%	-0,02%	0,00%	0,03%	0,00%	0,00%
VRDN12	0,00%	-0,02%	0,00%	0,03%	0,00%	0,00%
VSJH11	0,00%	0,00%	0,01%	0,04%	0,00%	0,04%
HGLB12	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,01%
RODB11	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,01%
B28	0,00%	-0,01%	0,00%	0,02%	0,00%	0,01%
B28	0,00%	-0,01%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%
Outros						-0,01%
Total	**0,00%**	**-0,95%**	**0,39%**	**0,52%**	**0,47%**	**0,43%**

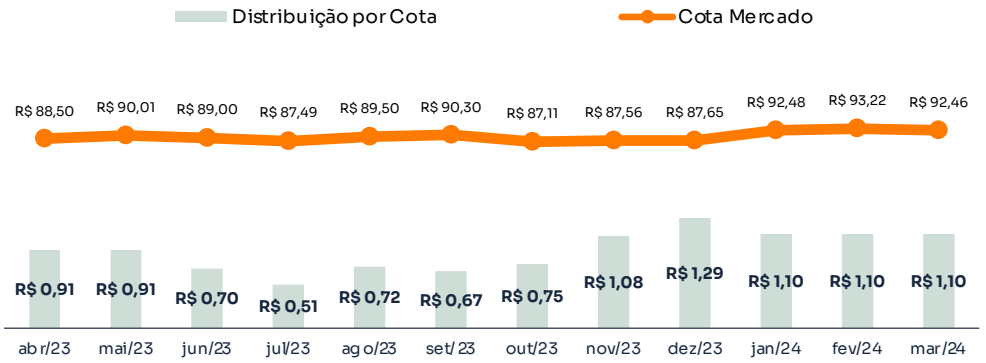
Demonstração de Resultado

	1T23	2T23	3T23	4T23	2023	Janeiro/24	Fevereiro/24	Março/24	1T24
Receitas	**1.691.990,18**	**8.998.547,67**	**2.108.766,97**	**6.024.834,09**	**18.824.138,91**	**414.475,73**	**3.493.541,58**	**546.649,98**	**4.454.667,29**
Ganho com carrego IPCA + juros reais	3.861.278,49	1.166.099,38	837.676,56	(430.628,88)	5.434.425,55	372.419,36	920.159,93	655.014,76	1.947.594,04
Ganho com recebimento de cupom de juros	1.192.826,26	2.484.302,93	1.948.230,97	4.043.140,81	9.668.500,97	817.952,75	217.531,92	583.249,33	1.618.734,00
Ganho (perda) com oscilação da curva de juros reais	1.107.943,05	4.954.159,87	(2.839.600,45)	2.422.647,07	5.645.149,54	(3.586.439,00)	(381.808,04)	(1.190.226,97)	(5.158.474,01)
Ganho (perda) com fechamento (abertura) de *spread*	(4.446.158,07)	568.257,11	2.198.915,09	(6.337,87)	(1.685.323,73)	2.807.544,66	2.748.307,95	494.094,89	6.049.947,50
Ganho (perda) com negociação de ativos no secundário	(23.899,55)	(174.271,63)	(36.455,20)	(3.987,05)	(238.613,43)	2.997,96	(10.650,17)	4.517,97	(3.134,24)
Ajuste DAP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa	**26.844,08**	**26.250,97**	**37.935,24**	**34.178,52**	**125.208,81**	**12.687,07**	**12.411,68**	**8.358,74**	**33.457,49**
Resultado bruto	**1.718.834,26**	**9.024.798,64**	**2.146.702,21**	**6.059.012,61**	**18.949.347,72**	**427.162,80**	**3.505.953,26**	**555.008,72**	**4.488.124,78**
Taxa de administração	(253.881,96)	(247.027,45)	(267.644,88)	(251.467,95)	(1.020.022,24)	(91.366,18)	(79.249,19)	(84.043,36)	(254.658,72)
Outras despesas	(94.812,27)	(87.789,31)	(95.845,11)	(93.771,93)	(372.218,62)	(31.851,10)	(46.708,56)	(32.774,75)	(111.334,41)
Ajuste	(743,13)	(0,16)	(0,01)	-	(743,30)				-
Resultado líquido	**1.369.396,90**	**8.689.981,72**	**1.783.212,21**	**5.713.772,73**	**17.556.363,56**	**303.945,53**	**3.379.995,51**	**438.190,61**	**4.122.131,65**
Quantidade de Cotas [12]	**1.345.099**	**1.345.099**	**1.345.099**	**1.345.099**	**1.345.099**	**1.345.099**	**1.345.099**	**1.345.099**	**1.345.099**
Resultado por Cota [13]	**1,02**	**6,46**	**1,33**	**4,25**	**13,05**	**0,23**	**2,51**	**0,33**	**3,06**

Cronograma de Rendimentos e Cota

30ª Distribuição de Rendimentos	
Referência	Março
Data de anúncio	28/03/2024
Data de pagamento	14/04/2024
Distribuição por cota	R$1,10
Cota de mercado no fechamento	R$92,46
Dividend Yield Mês [5]	1,18%

* De acordo com o Capítulo VIII do Regulamento do fundo Inter Infra FIC - BIDB11, o fundo incorpora todos os resultados em seu patrimônio líquido diário e, por isso, as distribuições de rendimentos aos cotistas serão feitas regularmente. A distribuição anunciada foi calculada a partir dos **juros recebidos das debêntures incentivadas pelo fundo no mês**, além da **antecipação do pagamento da correção monetária da carteira de crédito pelo IPCA mensal**. O gestor buscará realizar as **distribuições periódicas mensalmente**.



Data-base: 28/03/24 | Fonte: B3 | [5] Yield calculado com base na cota de mercado no fechamento|. [10] Cota a valor de mercado no último dia útil do mês.

Mercado

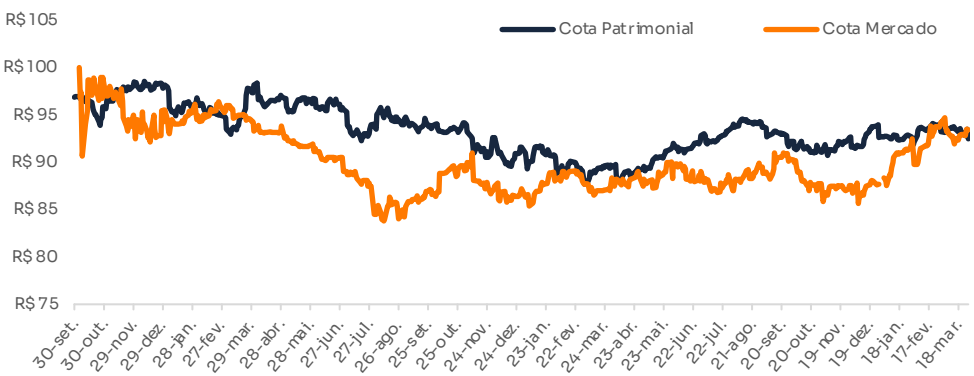


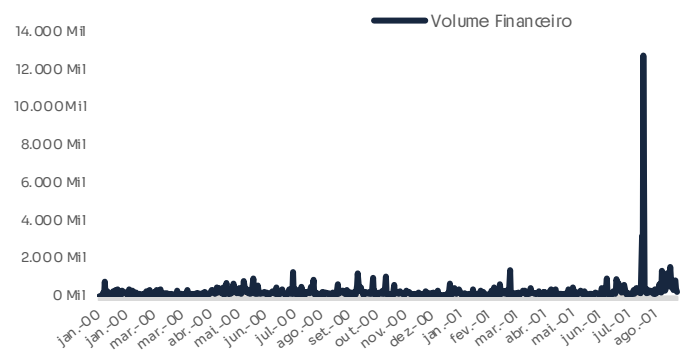
Tabela de precificação

Líquida de Custos e Isenta de IR para PF [9]

Preço da Cota de Mercado	Taxa Equivalente (IPCA +)
R$ 87,00	7,61%
R$ 88,00	7,40%
R$ 89,00	7,20%
R$ 90,00	7,00%
R$ 91,00	6,80%
R$ 92,00	6,61%
R$ 93,00	6,42%
R$ 94,00	6,23%
R$ 95,00	6,04%
R$ 96,00	5,86%

Exercício considerando a cota patrimonial do fechamento.

Volume de Cotas Negociados na B3 [8]



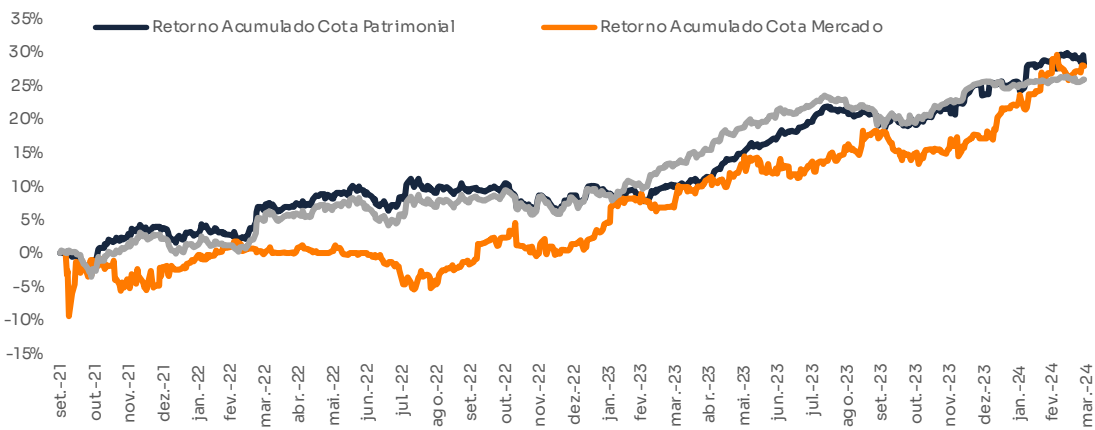
Rentabilidade

Considerando as distribuições no período

R$ 126 Milhões
Market Cap em 28/03/24

101,07 %
P/VPA* em 28/03//24
* Cotas não ajustadas pelos rendimentos.

		29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40		
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO	ACUM.[1]
2024	Cota Patrimonial	-0,94%	1,54%	0,35%										0,58%	23,02%
	Cota Mercado	5,51%	4,34%	-0,84%										10,09%	30,90%
	NTNB-30	-0,37%	0,57%	0,02%										0,20%	25,91%
2023	Cota Patrimonial	0,29%	-0,47%	1,41%	1,21%	3,53%	2,49%	1,62%	0,62%	-0,80%	-0,53%	1,43%	1,17%	12,55%	22,31%
	Cota Mercado	3,27%	4,04%	1,11%	1,20%	2,73%	-0,34%	-1,12%	3,12%	1,64%	-2,70%	1,76%	1,58%	17,31%	18,90%
	NTNB-30	0,34%	1,23%	3,11%	1,68%	3,04%	2,27%	0,57%	-0,35%	-1,59%	-0,02%	2,46%	2,29%	15,98%	25,67%



Com base na cota patrimonial ajustada, que considera a valorização dos ativos que compõem a carteira e incorpora os valores distribuídos no período, o fundo BIDB11 obteve uma rentabilidade superior a seu benchmark (NTNB30) desde sua criação, há 31 meses.

Considerando o preço de negociação das cotas, a rentabilidade pode divergir e não acompanhar o *benchmark*. Isso porque, sendo o Inter Infra FIC um fundo listado em bolsa, a cota de mercado depende também de fatores de mercado (oferta e demanda), e não reflete necessariamente a qualidade da carteira de crédito (representado pela cota patrimonial).

Data-base: 28/03/2024 | 8 Início das negociações do fundo: 06/10/2021 | 9 Exercício foi feito com base na carteira do INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO, que alocada seus recursos no INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP de CNPJ 41.953.322/0001-32, com carteira apresentada anteriormente. | 12 Exercício feito usando a rentabilidade final somado às distribuições do INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO (BIDB11) como base. Houve mudança na metodologia de cálculo: A distribuição passou a ser adicionada no terceiro dia útil de cada mês (data de impacto na cota patrimonial), e no último dia útil para a cota de mercado.

Descrição dos ativos

2WEnergia

ANEM11

O Complexo Eólico Anemus Wind é composto por três parques eólicos, no Estado do Rio Grande do Norte. Com capacidade instalada de 138,6 MW, o parque vendeu energia em PPAs de médio prazo no mercado livre. O perfil dos clientes é pulverizado, com exceção do PPA da Copel e da Weg. A emissão contará com fiança bancária do BTG e do Sumitomo até finalização do projeto. Após o completion, contará com as garantias usuais de projeto, como a cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.

arteris Planalto Sul

APPSA2

A Planalto Sul é uma concessão federal responsável pela operação de 412,7 km da rodovia BR116. A concessão engloba 17 municípios entre a capital paranaense até a divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Seu contrato foi assinado em fevereiro de 2008 e possui vigência de 25 anos, até fevereiro de 2033. A concessão é 100% controlada pelo grupo Arteris, uma das maiores empresas que operam rodovias pedagiadas no Brasil, contando com duas concessões estaduais em São Paulo e cinco federais nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, totalizando 3.200 quilômetros administrados. A operação possui rating AAA pela S&P e possui como garantias a alienação fiduciária das ações da Companhia, a cessão fiduciária dos direitos creditórios da concessão e a fiança da Arteris.

CART

CART13

A Concessionária Auto Raposo Tavares (CART) detém a concessão das rodovias estaduais SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 km entre Bauru e Presidente Epitácio, no estado de São Paulo. O Corredor CART é uma das principais vias de trânsito de produtos, serviços e mercadorias no Estado de São Paulo, formado por municípios com forte potencial econômico, especialmente o escoamento de cargas, por ser uma valiosa ligação entre o Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e toda a região sul do país, com destaque para o Estado do Paraná, onde está localizado o porto de Paranaguá. O contrato de concessão possui vencimento previsto em 2039, na qual a Companhia já cumpriu com a totalidade das obrigações de investimento de expansão. A Companhia possui como acionistas o Pátria Investimentos, uma das maiores gestoras de investimentos alternativos no Brasil, com mais de R$ 200 bilhões sobre gestão, e o GIC, o fundo soberano do governo de Singapura que possui um portfólio global com cerca de US$ 550 bilhões em ativos sob gestão. A empresa foi finalista do Prêmio Concessionária do Ano em 2020 em 4 categorias, sendo primeira colocada na categoria "Inovação" e segunda colocada nas categorias "Concessionária do Ano", "Eficiência nos Serviços Operacionais" e "Segurança Rodoviária". A operação possui rating AA+, pela S&P, e possui como garantias o penhor de ações da Companhia e a cessão fiduciária dos recebíveis da concessão.

abnascentes das gerais

CRMG15

A Companhia tem como atividade a exploração - incluindo a operação, as obras de ampliações e melhorias, assim como a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso – divisa MG/SP da Rodovia BR-265. O contrato de concessão, assinado em 2007, possui prazo de vencimento em 2032. O tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades lindeiras à rodovia, na qual a região é característica por forte atividade econômica de setores, tais como o transporte de calcário, minério, cimento e madeiras. A Companhia possui como acionista a AB Concessões, holding que possui 3 concessões rodoviárias em seu portfólio e é controlada pelo grupo italiano Mundys, um dos maiores grupos no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de 8.700 quilômetros de rodovias em 11 países A emissão possui rating AA, pela S&P, e possui como garantias a alienação fiduciária das ações da Companhia, a cessão fiduciária dos recebíveis da concessão e a fiança da AB Concessões até o completion do projeto.

ecoVIAS DO CERRADO

ECER12

A Concessionária Ecovias do Cerrado é a responsável por administrar a BR-364 e BR-365, desde leilão realizado em 27 de setembro de 2019. A extensão total do lote é de 437 Km, composto por 192,7 Km da BR-364 e 244,3 Km da BR-365. A BR-365 liga Uberlândia, principal cidade do triângulo mineiro, com a divisa de Minas Gerais com Goiás, onde se conecta com a BR-364, que por sua vez possui extensão que vai da cidade de Jatai, em Goiás, até o entroncamento com a BR-365, na proximidade da divisa dos estados. O trecho faz conexão com as rodovias BR-050 e BR-153, e é um importante corredor de escoamento da produção agroindustrial do sudeste goiano e Triângulo Mineiro. A Companhia faz parte do portfólio de ativos da Ecorodovias, a maior operadora de concessões rodoviárias do Brasil em termos de quilômetros administrados, com 4.700 quilômetros sob gestão. A operação possui rating AAA pela S&P e possui fiança da Ecorodovias.

Descrição dos ativos

GTSA11

A Companhia possui a concessão das linhas de transmissão Rio Verde Norte-Trindade, Trindade-Xavantes, Trindade-Carajás e da subestação Trindade até 2040. O projeto entrou em operação comercial em outubro de 2013. A Companhia tem como acionistas controladores Furnas, subsidiária da Eletrobrás (49%), e o Grupo Energia Bogotá - GEB (51%). A emissão conta com as garantias usuais de projeto, sendo elas a cessão fiduciária das ações da Goiás Transmissora e cessão fiduciária dos direitos oriundos dos contratos de concessão.

IFPT11

Holding detentora de 100% das ações PN (32,08% das ações totais) de emissão da Águas de Guariroba. O serviço da dívida das debentures será pago com os dividendos da empresa de saneamento. A Águas de Guariroba possui rating AA (bra) pela Fitch, e já é um ativo maduro, com um atendimento de água de 100% e atendimento urbano de esgoto de 84%. Tem como acionista controlador a AEGEA, maior empresa privada de saneamento privado do país. A emissão tem como garantia as ações PN de emissão da Águas de Guariroba.

CPTM15

A Ligga é uma das maiores provedoras de banda larga no Paraná, resultante da privatização da Copel Telecom em um leilão realizado em outubro de 2020, no qual o vencedor foi o Fundo Bordeaux, veículo de investimento de Nelson Tanure. O valor da operação foi de R$ 2,5 bilhões. A empresa atua no fornecimento de conectividade por meio de banda larga em fibra para B2C e B2B, com larga experiência na implementação de tecnologias de ponta. Em novembro de 2021 venceu, em consórcio com a Unifique, o lote regional do 5G na região Sul. A Ligga será responsável pela implementação do 5G no Paraná. A Companhia possui 100% da rede em fibra ótica, com extensão de 45 mil Km, abrangendo boa parte do território do Paraná, e 2,0 milhão de casas passadas, além de mais de 370 mil assinantes B2C. A operação possui rating A- pela S&P e conta com pacote de garantias composto por cessão fiduciária de recebíveis com volume mínimo de R$ 42,5 milhões por mês, além da cessão fiduciária da conta vinculada aos recebíveis.

TBCR18

A Transbrasiliana é responsável pela administração da concessão do trecho de 321,6 quilômetros da BR-153, entre a divisa dos estados de São Paulo e Minas Gerais até a divisa de São Paulo com o Paraná. A BR-153 é a principal ligação do Meio-Norte do Brasil (estados do Tocantins, Maranhão, Pará e Amapá) com a Região geoeconômica Centro-Sul do país. Devido a esse fato e somado ao grande fluxo de veículos, a BR-153 é considerada atualmente como uma das principais rodovias de integração nacional do Brasil. A concessão, que tem prazo de 25 anos iniciado em fevereiro de 2008, faz parte do Programa de Concessões Rodoviárias do Governo Federal e suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela ANTT. O contrato de concessão é válido até 14 de fevereiro de 2033. A operação conta uma estrutura bastante robusta, que inclui garantias reais relacionadas a operação de uma usina hidroelétrica (Tijoá que administra a Usina Hidroelétrica Três Irmãos). Desta estrutura, merecem destaque os indicadores de alavancagem máxima, ICSD mínimo e travas relacionadas à distribuição de dividendos, redução de capital social, captação de novas dívidas, além do pacote de garantias composto por alienação fiduciária das ações da Transbrasiliana, da Tijoá e da Juno, cessão fiduciária dos recebíveis da Transbrasiliana e dos dividendos da Tijoá e cessão fiduciária de conta vinculada onde serão retidos recebíveis de pedágio correspondentes a próxima parcela de serviço da dívida.

UNEG11

Usina termelétrica a gás, já operacional, instalada no Porto Açu juntamente com um terminal de GNL. Destaca-se como uma das maiores termelétricas do país, com capacidade instalada de 1,3 GW. A companhia vendeu energia no mercado regulado em um PPA de disponibilidade e tem como acionistas os próprios stakeholders do projeto, sendo eles a Prumo Logística (operadora do terminal portuário), BP Investments (fornecedora do GNL | “A” em escala global), Siemens (O&M e fornecedor das turbinas | “A” em escala global), e como investidor estratégico a SPIC Brasil (“A2” em escala global). A emissão contará com as garantias usuais de projeto como a cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.

Descrição dos ativos

ANET12

Fundada em 1996 e após a fusão com a Vero em dezembro de 2023, a Americanet é o segundo maior operador de telecom independente do país, com foco em internet por fibra de alta qualidade para clientes residenciais e corporativos. A Companhia possui cerca de 1,4 milhão de clientes residenciais em 425 municípios, além de clientes corporativos localizados em regiões premium com baixa presença de incumbentes (Vivo, TIM e Claro) e alto potencial de crescimento. A rede da Companhia é 100% própria, com padrão "carrier-grade" que é confiável, bem testado e comprovado em suas capacidades. A nova estrutura acionária é composta por uma participação de 36,2% da Vinci Partners, 22,2% da Warburg Pincus, 8,4% de Lincoln Oliveira, 7,1% da Invest Tech e 26,1% distribuídos entre acionistas minoritários. Dessa forma, os antigos acionistas da Vero possuem uma participação de 56% na nova empresa, enquanto os da Americanet possuem os 44% restantes. A operação possui rating A+, pela S&P.

VIMT13

A Via Brasil MT-320 é a concessionária responsável, por 30 anos, até 2049, pela operação, manutenção, conservação e melhoria do trecho de 188,2 Km entre Alta Floresta e Nova Santa Helena da MT-320 e MT-208. A Companhia está em uma região estratégica para o desenvolvimento da agricultura no Brasil. As rodovias estaduais MT-320 e MT-208 são a principal rota para interligar os municípios das regiões Norte e Noroeste do Mato Grosso com a rodovia federal BR-163, o maior eixo de transporte e escoamento da produção do estado. A Companhia foi constituída por um consórcio de empresas com expertise nas áreas de concessões públicas, infraestrutura rodoviária, tecnologia e serviços para atuar como operadora de serviços públicos concessionados. A operação possui rating AA, pela Fitch, e conta com um pacote de garantias (fiança corporativa até o completion físico e financeiro do projeto) a alienação fiduciária das ações, cessão fiduciária dos recebíveis da concessão e cessão fiduciária das contas do projeto).

HGLB12

Highline é uma fornecedora independente de soluções de infraestrutura para o setor de telecomunicações. Fundada em 2012 pelo fundo do Pátria Investimentos, Infraestrutura P2 Brasil, a companhia desenvolve projetos de infraestrutura para o setor de telecom, acelerando a expansão da rede móvel de seus clientes. O core business é a construção, operação e manutenção de sites para a instalação de antenas de comunicação sem fio, sendo essas: (i) Torres; (ii) Rooftops; (iii) Sistemas Indoor DAS; (iv) Small-cells. A Highline é atual investida da Digital Colony (empresa líder global de investimentos dedicada à infraestrutura digital), em conjunto com a AIMCO (um dos maiores e mais diversificados gestores de investimentos institucionais do Canadá) e a seguradora Allianz. Em conjunto esses três investidores detêm 99% da companhia. No último trimestre de 2020, a Highline concluiu a incorporação da Phoenix Tower, adicionando 2400+ sites em seu portfólio e um portfólio de rede móvel da Oi, adicionando 850 sites. Com as aquisições a companhia atingiu cerca de 4500 sites (1250 antes das aquisições), se consolidando como um dos principais nomes do setor no Brasil. A Companhia possui contratos de e longo prazo firmado com as grandes empresas de telecom, com tarifas reajustáveis por inflação, repasse de custos dos terrenos e amarras com multas previstas em caso de rescisão antecipada. Além disso, a Highline possui bom track record de torres entregues e é tida como inovadora entre as operadoras de telecom. A operação possui pacote de garantias composto pela alienação fiduciária das ações e parte dos recebíveis dos contratos de venda da Companhia, além de mecanismo de amortização extraordinária em caso de venda de sites, recebimento de multas em caso de rescisão antecipada de contratos e recebimento de receita de seguros dos ativos da Companhia.

AEAB11

A AES Cajuína é uma subholding controlada integralmente pela AES Brasil, um dos maiores grupos de geração de energia elétrica no país, com 5,2 GW de capacidade instalada em operação. O projeto eólico Cajuína é composto por 5 SPEs, estando localizado no Rio Grande do Norte, possuindo 230 MW de capacidade instalada e gerando energia partir de 39 aerogeradores da Nordex de capacidade de 5.9 MW cada. O fator de capacidade em P50 é de 54% e em P90 é da ordem de 47%. Está localizado em uma região que detém um dos melhores recursos eólicos do país. As SPEs comercializaram energia com a AES Brasil Operações e com a Copel, em PPA's com 101 MWm (92,8% do P90) e 4 MWm (3,7% do P90) de capacidade e prazos de 20 e 13 anos, respectivamente. A operação comercial do parque se deu no 4T23. A operação possui rating AA- pela Fitch, conta com travas relacionadas à celebração de mútuos, de captação de novas dívidas, de redução de capital social, de distribuição de dividendos e manutenção de ICSD mínimo, além de contar com fiança da AES Brasil por todo o prazo da emissão.

CJEN13

O TESC - Terminal de Santa Catarina é um terminal multipropósito com 3 berços de atracação próprios em São Francisco do Sul/SC. Arrendado em 1996, com prazo original de 25 anos, teve o contrato renovado em 2017, por igual período, passando a findar no ano de 2046. Atualmente focado em produtos siderúrgicos e celulose, também opera carga geral e de projeto. A principal atividade é um contrato de take-or-pay com a ArcelorMittal, com prazo de vencimento em 2046. Como contrapartida à renovação antecipada do contrato de arrendamento, a Companhia entregou em 2023 um projeto para implementar estrutura para operação adicional de grãos para exportação, solucionando parte da deficiência da região, e expandindo a diversidade de cargas transportadas no terminal. A Companhia possui como acionistas a BRZ Investimentos (63%), uma das maiores gestoras brasileiras independentes atuantes em ativos alternativos e que possui investimentos em outros portos, com destaque para o Porto de Itapoá, e a Porto Novo (37%), holding não operacional detida por 3 investidores locais pessoas físicas. A operação possui rating A+, pela Fitch e conta com um pacote de garantias composto pela alienação fiduciária das ações, cessão fiduciária dos recebíveis e dos direitos emergentes do contrato de arrendamento, alienação fiduciária dos equipamentos atuais e futuros do terminal e estrutura de contas reservas.

Descrição dos ativos

CONCESSIONÁRIA ROTA DO ATLÂNTICO

RATL11

A Concessionária Rota do Atlântico é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), que tem como objetivo a administração de 44 km de vias que integram o Sistema Viária ao Complexo Industrial do Suape, localizado no estado de Pernambuco, na Região Nordeste do Brasil. O Contrato de Concessão foi assinado com o Suape - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (Empresa Pública integrante do Governo do Estado de Pernambuco). A concessão se iniciou em novembro de 2011 e tem prazo de 35 anos. A via é utilizada, principalmente, para escoar cargas do Complexo Industrial do Suape, e para locomoção ao trabalho. A Companhia é uma das principais vias rodoviárias do estado de Pernambuco, ligando Recife à Ipojuca e passando por Cabo Santo Agostinho. Sua rodovia está estrategicamente localizada próxima à centros urbanos, complexos industriais e locais turísticos. A operação possui rating AA pela Fitch e conta com pacote de garantias que conta com penhor de 100% das ações da Companhia, cessão fiduciária de recebíveis da Emissora e da Conta Vinculada e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

HZTC14

A Orizon atua exclusivamente na fase final da cadeia de tratamento de resíduos e na prestação de serviços ambientais para clientes públicos e privados, sendo uma das companhias que mais gera créditos de carbono certificados no país. A Companhia processa o equivalente a 10% do total de resíduos urbanos com correta destinação no Brasil, atendendo aproximadamente 20 milhões de brasileiros por meio de 500 clientes. A Orizon presta serviços de destinação final de resíduos sólidos (lixo) por meio de 15 aterros sanitários já operacionais. Usando os próprios aterros como matéria, detém operação de venda de gás natural, produção de energia, venda de créditos carbono e valorização de resíduos. O mercado é marcado por uma forte geração de caixa e barreiras à entrada. A operação possui rating AA pela S&P e selo verde emitido pela consultoria especializada Sitawi. Além disso, possui pacote de garantias composto por garantia corporativa, alienação fiduciária de ações e cessão fiduciária de recebíveis.

RDB HOLDING

RODB11

A Rodovias do Brasil é uma holding detentora de 85% das ações da Rota das Bandeiras, concessionária responsável pela administração do Corredor Dom Pedro I, localizado em um ponto estratégico para escoamento da produção nacional, já que liga a região de Campinas, que detém grande produção de equipamentos de informática, com o Vale do Paraíba, que detém o maior polo aeroespacial brasileiro, e com o Porto de São Sebastião no litoral norte, que exporta principalmente veículos, peças, máquinas e equipamentos. O corredor passa também por Paulínia, que abriga a Replan, maior refinaria da Petrobrás. A atuação da concessionária é viabilizada via contrato de concessão assinado em 2009, com prazo de vigência de 30 anos. Ao longo de sua história, a concessionária já investiu mais de R$ 4 bilhões em melhorias e expansões nas rodovias por ela administradas. A Rodovias do Brasil pertence ao Mubadala, um fundo de investimento soberano, que administra um portfólio diversificado de ativos e investimentos nos Emirados Árabes Unidos e no exterior, para gerar retornos financeiros sustentáveis para o seu acionista, o Governo de Abu Dhabi. Atualmente a empresa conta com US$ 276 bilhões que se estendem por seis continentes, vários setores e classes de ativos. A operação possui rating AA pela Fitch e conta com um pacote de garantias composto por alienação fiduciária de 100% das ações da Emissora, somado a todos os dividendos e demais distribuições aos acionistas em virtude das ações e cessão fiduciária da conta corrente de titularidade da Emissora, não movimentável pela Emissora, na qual serão depositados recursos correspondentes a todos os lucros, frutos, bonificações, direitos, distribuições e demais valores atribuídos pela CRB à Emissora em decorrência das ações de emissão da CRB e de titularidade da Emissora.

echoenergia

VSJH11

Complexo Eólico formado por 5 parques eólicos, operacionais desde 2016, e com capacidade instalada de 141 MW. Os ativos estão localizados no estado do Ceará e apresentam longo histórico de geração. A Companhia tem como acionistas a Echoenergia, veículo de investimento em energia renovável da Equatorial. Fundada em 2017, apresenta uma capacidade instalada em operação de 1.200MW, além de outros 573MW em construção. A emissão conta com as garantias usuais de projeto, sendo elas cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.

MTRJ19

O MetrôRio administra, mantém e opera as Linhas 1 e 2 do sistema metroviário da cidade do Rio de Janeiro (RJ), além de prestar serviços de operação, manutenção do material rodante, sistemas e infraestrutura para a Linha 4. Ao todo, essas três linhas somam 58 km de extensão, alcançando 41 estações e operando com 64 trens. O metrô da cidade do Rio de Janeiro foi o primeiro concedido à iniciativa privada no Brasil e é o segundo maior metrô do país em extensão de rede e quantidade de passageiros. O MetrôRio é controlado pelo Mubadala, companhia global de investimentos detida pelo governo de Abu Dhabi, que possui investimentos em mais de 50 países e em diversos setores, incluindo infraestrutura, energia, serviços públicos, imóveis, aeroespacial, metais, mineração, óleo e gás, petroquímicos e um portfólio global de holdings financeiras. Em 2023, a Mubadala possuía mais de US$276 bilhões de ativos sob gestão. O MetrôRio possui classificação de rating brAA+, pela agência S&P. A operação conta com as receitas tarifárias, acessórias e demais direitos emergentes do contrato de concessão, presentes ou futuras, dadas em garantia, através de estrutura de contas reservas do serviço da dívida.

Descrição dos ativos

MEZ511

A MEZ 5 faz parte do portfólio de ativos da MEZ Energia, composto por 11 lotes de linhas de transmissão de energia, localizados nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. A Mez Energia foi criada por membros da família Zarzur para aproveitar o know-how da mesma de mais de quatro décadas de atuação na construção civil. A MEZ 5 é o maior projeto de transmissão do portfólio do grupo e é composta por 2 subestações, um compensador estático e 4 linhas de transmissão que são fundamentais para o escoamento de energia na Região Metropolitana de Porto Alegre. A atuação da Companhia é viabilizada via contrato de concessão válido até 2051. A operação possui rating AAA pela Fitch e conta com um pacote de garantias, composto por fiança bancária do Itaú até o completion físico do projeto, alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária de direitos creditórios.

HVSP11

O complexo solar Hélio Valgas, localizado em Várzea de Palma (MG), possui capacidade instalada de 661MWp, entrando em operação em agosto de 2023 sob um contrato de fornecimento de energia de longo prazo (20 anos). O projeto está sendo desenvolvido pela Mercury Renew, subsidiária da Comerc, uma das maiores tradings de energia do país, especializada em geração distribuída e geração centralizada a partir de fontes renováveis. A empresa tem um portfólio de projetos de energia de 1,7GW de capacidade instalada. Por sua vez, a Comerc conta com uma robusta estrutura acionária, com presença da Vibra Energia, maior distribuidora de combustíveis do país, e a Perfin, renomada gestora de recursos com mais de R$ 29 bilhões sob gestão. O contrato de compra e venda de energia (PPA) foi firmado com a Liasa, uma das maiores produtoras de silício metálico do mundo. Os stakeholders do projeto são empresas líderes e reconhecidas internacionalmente em suas áreas, na qual a Comerc negociou garantias de longo prazo e conseguiu preços competitivos pelo grande pool de fornecedores interessados no projeto, uma vez que é um dos maiores do país no segmento. A operação conta com travas de redução de capital, distribuição de dividendos, novos mútuos/dívidas, piora nas condições dos contratos de venda de energia e pacote de garantias, composto por fiança das SPEs e da Comerc, alienação fiduciária das ações e dos equipamentos da Companhia, cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia e das contas vinculadas ao projeto.

RDVE11

A Rio do Vento Expansão Subholding S.A. (RDVE) é composta por quatro SPEs estabelecidas como produtoras independentes de energia elétrica, mediante a implantação e a exploração de uma central geradora eólica. Os parques eólicos estão localizados nos municípios de São Tomé, de Caiçara do Rio do Vento e de Lajes, todos no estado do Rio Grande do Norte, e totalizam 268,1 MW de capacidade instalada. Os projetos são controlados pela Casa dos Ventos Holding S.A., que detém 80% das ações da RDVE Subholding e é uma das companhias pioneiras e principais investidoras no mercado de energia renovável do Brasil. A Comerc Energia detém, indiretamente, os 20% restantes das ações e é uma das maiores tradings de energia do país, especializada em geração distribuída e geração centralizada a partir de fontes renováveis. Os parques comercializaram energia no mercado livre, por meio de PPAs que têm duração média de 13,6 anos para o equivalente a 86,6% de sua garantia física líquida, e no ambiente regulado, com duração de vinte anos para o equivalente a 4,0% de sua garantia física líquida, totalizando 90,6%. As contrapartes dos PPAs possuem baixo risco de crédito e são eletrointensivas, tendo sido validadas junto ao banco financiador e submetidas a um processo de análise de crédito. A emissão possui rating AA pela Fitch e conta com pacote de garantias composto por fiança bancária até a conclusão dos projetos, fiança das SPEs, alienação fiduciária das ações da RDVE e das SPEs, cessão fiduciária de recebíveis e da estrutura de contas da operação e a alienação fiduciária doa aerogeradores das SPEs.

RAHD11

O complexo solar Santa Luzia I, localizado no município de Santa Luzia (PB), possuirá capacidade instalada de 406 MWp, sendo um dos maiores projetos fotovoltaicos do estado. Está sendo desenvolvido pela Rio Alto Energias Renováveis, companhia pioneira no segmento solar brasileiro, tendo participado dos primeiros leilões de energia dessa matriz energética no Brasil em 2014 e 2015. A companhia possui experiência com energia solar na Paraíba, estando seu primeiro projeto, Coremas, plenamente operacional, o que corresponde a 250 MWp já construídos. Os contratos de compra e venda de energia (PPAs) de Santa Luzia foram firmados com contrapartes com baixo risco de crédito, como Raízen, Furnas, Enel e leilões no ambiente regulado, correspondendo a 80% da garantia física. A perspectiva de geração é positiva em função da qualidade dos stakeholders envolvidos e da proximidade da planta de geração com a subestação de conexão ao Sistema Integrado Nacional, o que deve contribuir para um ganho de eficiência. A operação conta com fiança prestada pelas SPEs que compõem o complexo, garantias de projetos como alienação fiduciária de equipamentos, PPAs e recebíveis de 4 SPEs, além de conta reserva de O&M e conta reserva correspondente ao serviço da dívida.

VERO12

Fundada em 2019, após a fusão de oito ISP's independentes de fibra ótica do interior de Minas Gerais, a Vero é a quinta maior empresa do país e a segunda maior ISP em número de acessos de banda larga fixa, com foco em internet por fibra de alta qualidade para clientes residenciais e corporativos. A Companhia, após a fusão com a Americanet, possui cerca de 1,4 milhão de clientes residenciais em 425 municípios, além de clientes corporativos localizados em regiões premium com baixa presença de incumbentes (Vivo, TIM e Claro) e alto potencial de crescimento. A rede da Companhia é 100% própria, com padrão "carrier-grade" que é confiável, bem testado e comprovado em suas capacidades. A nova estrutura acionária é composta por uma participação de 36,2% da Vinci Partners, 22,2% da Warburg Pincus, 8,4% de Lincoln Oliveira, 7,1% da Invest Tech e 26,1% distribuídos entre acionistas minoritários. Dessa forma, os antigos acionistas da Vero possuem uma participação de 56% na nova empresa, enquanto os da Americanet possuem os 44% restantes. A operação possui rating A+, pela S&P.

Descrição dos ativos

ecoVIAS DO ARAGUAIA

HARG11

A Holding do Araguaia, empresa na qual a Ecorodovias detém 65% e a GLP detém 35% de participação (Consórcio Eco 153), possui 100% do capital da Ecovias do Araguaia. A Ecovias do Araguaia é responsável pela exploração por 35 anos, prorrogáveis por mais 5 anos, do sistema rodoviário composto por 840,7 Km BR-153/414/080/TO/GO. O trecho leiloado é a principal ligação dos estados do Tocantins, do Maranhão, do Pará e do Amapá com o centro-sul do país. O leilão foi vencido pelo Consórcio Eco 153 em abril de 2021 e o contrato de concessão foi assinado em outubro de 2021. A Ecorodovias é a maior operadora de concessões rodoviárias do Brasil em termos de quilômetros administrados, com 4.700 quilômetros sob gestão. A GLP é líder global em gestão de investimentos e negócios em logística, real estate, infraestrutura, finanças e tecnologias relacionadas. Possui operação no Brasil, China, Europa, Índia, Japão e EUA com US$ 128 bilhões de ativos de real estate e fundos de private equity sob gestão. A operação possui rating AAA, pela S&P e possui como garantias a fiança da Ecorodovias, a alienação fiduciária das ações, a cessão fiduciária dos dividendos pagos e a cessão fiduciária de conta vinculada da Companhia.

Rota das Bandeiras

CBAN72

A Rota das Bandeiras é a concessionária responsável pela administração do Corredor Dom Pedro I, localizado em um ponto estratégico para escoamento da produção nacional, já que liga a região de Campinas, que detém grande produção de equipamentos de informática, com o Vale do Paraíba, que detém o maior polo aeroespacial brasileiro, e com o Porto de São Sebastião no litoral norte, que exporta principalmente veículos, peças, máquinas e equipamentos. O corredor passa também por Paulínia, que abriga a Replan, maior refinaria da Petrobrás. A atuação da concessionária é viabilizada via contrato de concessão assinado em 2009, com prazo de vigência de 30 anos. Ao longo de sua história, a concessionária já investiu mais de R$ 4 bilhões em melhorias e expansões nas rodovias por ela administradas. A Rodovias do Brasil pertence ao Mubadala, um fundo de investimento soberano, que administra um portfólio diversificado de ativos e investimentos nos Emirados Árabes Unidos e no exterior, para gerar retornos financeiros sustentáveis para o seu acionista, o Governo de Abu Dhabi. Atualmente a empresa conta com US$ 276 bilhões que se estendem por seis continentes, vários setores e classes de ativos. A Companhia possui rating AAA, pela Fitch.

ViaRondon

VRDN12

A ViaRondon administra o trecho oeste da rodovia Marechal Rondon (SP-300), via contrato de concessão assinado em maio de 2009 junto à ARTESP, durante a 2ª etapa do programa de concessões rodoviárias do estado de São Paulo. A Companhia é responsável pela administração de 416,8km de extensão, sendo 331,2km da própria SP-300 e 85,6km das rodovias de acesso cortando 25 municípios do oeste paulista e contando com oito praças de pedágio bidirecional. É importante rota de ligação do estado de São Paulo com o estado do Mato Grosso do Sul, na cidade de Três Lagoas, e rota para Campo Grande. Ela liga as regiões agrícolas do Centro Oeste brasileiro, os centros consumidores do Sudeste e o Porto de Santos. A ViaRondon é controlada pela BRVias que tem o FIP Volluto (50,1% de participação) e o grupo Splice como acionistas (49,9% de participação). A operação possui rating AA-, pela Fitch e possui como garantias a cessão fiduciária de recebíveis da concessão, alienação fiduciária das ações da Companhia e fiança dos acionistas.

log in.

TVVH11

O Terminal de Vila Velha (TVV), localizado em Vila Velha, no Espírito Santo, é um terminal portuário especializado na movimentação (embarque e desembarque) e armazenagem de contêiner e carga geral (equipamentos, máquinas, spare parts, veículos, granito, produtos siderúrgicos e granel). O TVV dispõe de uma vasta oferta de armadores e rotas para os principais portos nacionais e internacionais. O terminal possui, ainda, boa infraestrutura para distribuição interna de cargas através de modais rodoviários, ferroviários e marítimos, criando vantagens competitivas exclusivas. O contrato de arrendamento portuário do TVV tem duração até setembro de 2048, após renovação antecipada por mais 25 anos ocorrida em 2020. Historicamente, o TVV apresenta geração de caixa positiva, sustentada pelas elevadas margens dos negócios, pela robusta taxa de conversão de EBITDA em FFO, pela reduzida necessidade de capital de giro e por baixos investimentos em manutenção. O TVV é o único terminal portuário de movimentação de contêineres em sua área de atuação. Isto reduz as pressões referentes à concorrência e tende a proteger sua geração de caixa e sua rentabilidade a médio prazo. A operação possui rating AA+ pela Fitch.

Rio+ Saneamento

SABP12

A Rio+ Saneamento é uma das 3 vencedoras do leilão de privatização da CEDAE, assumindo a responsabilidade pela prestação regionalizada dos serviços de saneamento no Bloco 3. A Companhia iniciou as operações em agosto de 2022, após ter vencido o leilão ocorrido em março do mesmo ano, mediante um contrato de concessão de 35 anos e uma outorga de R$ 2,2 bilhões. A área de atuação é composta por 18 municípios no Estado do Rio de Janeiro, abrangendo também 24 bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro, atendendo 2,6 milhões de habitantes. 80% dos clientes da Rio+ estão na Zona Oeste do Rio, porém são atendidos apenas em distribuição de água. O serviço de esgoto é oferecido por outra empresa, coincidentemente do mesmo acionista controlador da Rio+, o Grupo Águas do Brasil. O grupo de controle acionário da Rio+ Saneamento é composto pela Águas do Brasil, com 60% e pela Vinci Partners, com 40%. A operação possui rating AAA pela Fitch.



Contato
ri@interasset.com.br

Site
Clique aqui.

Disclaimer

Pretende-se com este material apenas divulgar informações e dar transparência à gestão executada pela Inter Asset Gestão de Recursos Ltda. não significando oferta de compra ou venda de cotas do fundo. As informações contidas nesse material estão em consonância com o regulamento, porém não o substituem. Leia o prospecto e o regulamento antes de investir, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo, bem como das disposições acerca dos fatores de risco a que o fundo está exposto. Antes de tomar uma decisão de investimento de recursos no fundo, os investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar, cuidadosamente, todas as informações disponíveis no prospecto e no regulamento do fundo. O mercado secundário para negociação de cotas de fundos de investimento de infraestrutura listado pode apresentar baixa liquidez e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das cotas que permita aos cotistas sua alienação, caso estes decidam pelo desinvestimento. Dessa forma, os cotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das suas cotas no mercado secundário, ou obter preços reduzidos na venda de suas cotas. Adicionalmente, os fundos de investimento de infraestrutura listados são constituídos sob a forma de condomínio fechado, não admitindo o resgate a qualquer tempo de suas cotas. O investimento do fundo de investimento de que trata este material apresenta riscos para o investidor. Ainda que a instituição administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo e para o investidor. O fundo de investimento de que trata este material não conta com garantia da instituição administradora, do gestor, do custodiante, de quaisquer outros terceiros, de mecanismos de seguro ou fundo garantidores de crédito - FGC. A rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo poderão ser obtidos com o Administrador e o Gestor, através dos e-mails: ri.fii@interdtvm.com.br e ri@interasset.com.br

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Recursos

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Patrimônio